

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PRAÇA DA REPÚBLICA, nº 53 – FONE: 255-2044 – CEP - 01045-903

FAX-231-1518

DELIBERAÇÃO CEE nº 09/96

Dá nova redação ao Artigo 1º da
Deliberação CEE nº 03/92.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 16 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, artigos 42, 74, inciso III do artigo 75 da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, incisos VIII e IX do artigo 2º da Lei Estadual nº 10.403, de 06 de julho de 1971 e na Indicação CEE nº 10/96.

DELIBERA:

Artigo 1º.- O artigo 1º da Deliberação CEE nº 03/92 passa a ter a seguinte redação:

"A decisão sobre o pedido de autorização de funcionamento de cursos, habilitações e estabelecimentos de ensino municipais ou regionais de 1º e 2º graus, regulares e supletivos, e de educação especial, no sistema de ensino do Estado de São Paulo, caberá à Secretaria de Estado da Educação, observadas as normas contidas na Deliberação CEE nº 26/86, com as alterações introduzidas pela 11/87, na 05/92 e nesta Deliberação."

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Processo CEE nº 697/85

Deliberação CEE nº 09/96

Artigo 2º.- Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua homologação e publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Paulo, 18 de setembro de 1996.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a presente Deliberação.

Sala "Carlos Pasquale", em 25 de setembro de 1996.

Francisco Aparecido Cordão
Presidente

Homologada por Port. CEE/GP nº 02/97, publ. em 14/01/97, pg.10.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Processo CEE nº: 697/85 – Reautuado em 14/08/96

Interessado : Conselho Estadual de Educação / CEEG

Assunto : Alteração da Deliberação CEE nº 03/92

Relatores : Cons. Arthur Fonseca Filho

Cons. Nacim Walter Chieco

Cons. Dárcio José Novo

Indicação CEE nº: 10/96 – CP – Aprovada em 25/9/96

CONSELHO PLENO

1. O Conselho Estadual de Educação vem, nos últimos anos, procurando, sistematicamente, descentralizar, racionalizar e simplificar procedimentos e atividades com o objetivo de reduzir o tempo de resposta e melhorar a qualidade dos serviços relacionados ao conjunto das suas atribuições. Nesse sentido, após estudos e discussões no âmbito das Câmaras e Comissões, o Conselho Pleno tem debatido e aprovado importantes Indicações e Deliberações delegando competências a outros órgãos e entidades do sistema de ensino do Estado de São Paulo.

Essa diretriz descentralizadora norteou a aprovação da Deliberação CEE nº 03/92, homologada em 18/02/92, cujo teor é a delegação de competência à Secretaria de Estado da Educação "para autorização de cursos ou estabelecimentos de ensino municipais de 1º grau, regulares e supletivos, de educação infantil e de educação especial, no sistema de ensino do Estado de São Paulo". O Conselho Estadual de

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Processo CEE nº 697/85 Indicação Substitutiva CEE nº10/96

Educação permanece, por essa Deliberação, como órgão recursal nos casos de denegação, pelo órgão competente da Secretaria de Estado da Educação, de pedidos de reconsideração. É evidente que o exercício da competência delegada está condicionado à estrita observância das normas em vigor, em especial as contidas na Deliberação CEE nº 26/86 com as alterações introduzidas pela Deliberação CEE nº 11/87.

A experiência de quatro anos e meio de vigência da mencionada delegação demonstra resultados plenamente satisfatórios. A possibilidade de verificação direta e imediata das condições locais de cada município, permite que a Secretaria de Estado da Educação, através dos seus órgãos descentralizados, avalie e decida com eficiência e agilidade sobre os pleitos referentes a funcionamento de cursos e estabelecimentos de ensino municipais. Cumpre salientar ainda que a Secretaria de Estado da Educação, como principal órgão executor da política de educação básica do Estado, pode articular o exercício da competência delegada à política de municipalização do ensino, buscando ampliar significativamente a presença direta dos municípios no ensino fundamental e na educação infantil. Trata-se, a rigor, de formular e implementar mecanismos que viabilizem o artigo 240 da Constituição Estadual, de 1989, que dispõe:

"Os Municípios responsabilizar-se-ão prioritariamente pelo ensino fundamental, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria, e pré-escolar só podendo atuar nos níveis mais elevados quando a demanda naqueles níveis estiver plena e satisfatória-

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Processo CEE nº 697/85 Indicação Substitutiva CEE nº 10/96

mente atendida, do ponto de vista qualitativo e quantitativo".

2. Dado o interesse de determinados municípios em atuar no ensino de segundo grau e no ensino técnico, muitas vezes por falta de orientação quanto à importância do ensino fundamental e pré-escolar e quanto à responsabilidade constitucional, o Conselho Estadual de Educação fixou normas sobre essa matéria através da Deliberação CEE nº 05/92, de 27/5/92. Segundo a Indicação CEE nº 04/92, que fundamenta a citada Deliberação, *"reafirma-se, portanto, o papel, a presença e a importância do município no ensino fundamental e, com muita propriedade, no pré-escolar"*. Essa reafirmação não descarta, ainda segundo a mesma indicação, *"obviamente, a possibilidade de atuação dos municípios no ensino médio e até superior. Mas é uma questão de prioridade. O esforço maior do Governo, de toda a sociedade e, como interessado primeiro pelo bem-estar dos cidadãos, do próprio município, é a universalização do ensino fundamental. Atingida essa meta, há um vasto campo aberto para atuação em educação"*. Não se trata, também, de cercear ou descontinuar iniciativas municipais no ensino de segundo grau e superior. A tônica deve ser a articulação e coordenação das necessidades locais com as políticas regionais e globais de manutenção e desenvolvimento do ensino. Apenas a título de ilustração, projetos já existentes de ensino superior em funcionamento e de qualidade reconhecida, podem ser apoiados e valorizados como suporte a um necessário programa de valorização, formação e aperfeiçoamento do magistério, até mesmo em consonância com recentes medidas na esfera federal.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Processo CEE nº 697/85 Indicação Substitutiva CEE nº 10/96

3. Em resumo, constata-se, de parte do Conselho Estadual de Educação, uma correta orientação de descentralizar atribuições com o objetivo de melhorar os serviços e reduzir o tempo de resposta aos clientes. De parte da Secretaria de Estado da Educação, é necessária a articulação e coordenação na implementação das políticas de educação básica e de municipalização do ensino.

As razões expostas indicam a conveniência e oportunidade de ampliação da delegação contida na Deliberação CEE nº 03/92, uma vez que a Secretaria de Estado da Educação reúne as condições para avaliar e decidir sobre a viabilidade e autorização de funcionamento de cursos, habilitações ou estabelecimentos de ensino municipais ou regionais de segundo grau, regulares e supletivos, no sistema de ensino do Estado de São Paulo.

A ampliação indicada encontra-se no anexo projeto de deliberação alterando a Deliberação CEE nº 03/92.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Processo CEE nº 697/85 Indicação Substitutiva CEE nº 10/96

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a presente Indicação.

Sala "Carlos Pasquale", em 25 de setembro de 1996.

Francisco Aparecido Cordão
Presidente